

MALHAS QUE A MEMÓRIA TECE

CADERNOS DO COMBATE #1 TEXTOS PUBLICADOS ENTRE 1988 E 1998

FRANCISCO LOUÇÃ

JOÃO MARTINS PEREIRA

JOÃO CARLOS

INÊS FONSECA

LUÍS BRANCO

JOÃO PAULO COTRIM

MIGUEL PORTAS

CARLOS CARUJO

JORGE COSTA

PAULO PENA

JORGE SILVA MELO

J. FELICIDADE ALVES

CELSO CRUZEIRO

ANTÓNIO LOUÇÃ

EDUARDA DIONÍSIO



821.134.3-
-92
41987/1997
REAL

**SAINT-SIMON:
A «INDÚSTRIA»
ENQUANTO UTOPIA**

João Martins Pereira

De família aristocrata semiarruinada, Claude-Henri Saint-Simon parte aos 19 anos para a América, como outros franceses ilustres, que vêem na independência das colónias inglesas de além-Atlântico o sinal de que uma época histórica está a chegar ao fim. Por lá combateu, regressando alguns anos depois. Nos primeiros tempos da Revolução Francesa, vemo-lo presidente eleito de uma assembleia de camponeses, a quem declara renunciar ao título de conde, «que olho como muito inferior ao de cidadão», e ser baptizado revolucionariamente como Claude Bonhomme. Nem por isso deixa de aproveitar, para fazer bom dinheiro, a venda dos bens do clero expropriados.

Atravessa, ainda assim, sem excessivos percalços a dezena de anos que conduzem Napoleão ao poder. E é já entrado nos quarenta, nos primeiros anos do século XIX, que irá iniciar a sua obra de «pensador social», que se desenrola por várias fases até à sua morte, em 1825.

Ao seu projecto chamariam hoje alguns, do alto do seu credo liberal, de «engenharia social e política». Nada menos do que reorganizar toda a sociedade (quando não mesmo «a humanidade») sobre novas bases: a ciência e a indústria. Dito deste modo sumário, poderá parecer, nos nossos dias, uma banalidade. Mas não é tão simples como isso.

Na realidade, a França de então era um país essencialmente agrícola (mesmo em Inglaterra, a Revolução Industrial dava apenas os primeiros passos) e, até 1815, em permanente estado de guerra. Depois disso veio uma «Restauração» monárquica, em que boa parte da aristocracia julgou retomar o antigo poder, ao módico preço de concessões de fachada ao «parlamentarismo».

Mas Saint-Simon não se ilude. Estudioso aplicado de física, matemática, filosofia e história, dirá um dia que «só a observação filosófica do passado pode permitir um conhecimento exacto dos verdadeiros elementos do presente». Daí lhe terá vindo a percepção clara de que a Revolução Francesa foi o resultado de uma «luta de classes entre a nobreza, a burguesia e os não-possidentes». Daí também a sua avaliação da situação europeia como um desses «períodos de crise» em que,

segundo ele, germinam as ideias que virão a «amadurecer» e frutificar nos «períodos orgânicos», de estabilidade e progresso, que sempre acabam por lhes suceder, ao longo da História.

Produzir as novas ideias, num tempo em que elas próprias estão em crise, é esse justamente o seu desígnio. Ora, até então «o método das ciências da observação [exactas] ainda não foi introduzido nas questões políticas» e «chegou o momento de cessar esta infância da ciência», questão que, aliás, ainda confunde muitas cabeças neste fim do século XX. Saint-Simon propõe-se, num primeiro tempo, a ambição de aplicar às questões sociopolíticas a lei da gravitação universal. E apela aos cientistas: «Meus Senhores, só tenho uma paixão, a de pacificar a Europa; e só uma ideia, a da reorganização da sociedade europeia». E como «o poder deve ser repartido na proporção das Luzes», os físicos são chamados a presidir à «instituição política que visar a organização geral da humanidade». Será o «Conselho de Newton».

Os cientistas ignorá-lo-ão, e ele acusá-los-á em 1813, de, enquanto a Europa se autodestrói, «serem eles quem aperfeiçoa os meios de destruição, quem está à cabeça dos artilheiros a dirigir os ataques». Diga-se desde já que o nosso século foi bem mais longe neste ponto, sem que a comunidade científica tenha saído particularmente beliscada (os gases de 1-4-18, os de Auschwitz, a bomba atômica, as sofisticadas tecnologias da Guerra do Golfo...).

Em fins de 1814, quando tais heresias seriam fatalmente impopulares, dá a um opúsculo sobre a «Reorganização da sociedade europeia» o subtítulo «Da necessidade e dos meios de reunir os povos da Europa num único corpo político, conservando cada um a sua independência nacional» - quando, afinal, eram então bem poucos os povos/nações europeus independentes. Concede mesmo uma união entre a França e a Inglaterra, com parlamento único, moeda comum, banco comum, comércio concertado, etc. etc., a que mais tarde esperava que aderissem a Alemanha e os outros países, desembocando numa «Europa desarmada». Talvez seja este último pormenor que levou os «federalistas» dos nossos dias a nunca invocarem Saint-Simon entre os pais-fundadores da «ideia europeia»...

E é então que, já descrente da sua capacidade para mobilizar os cientistas, decididamente aposta na «indústria», conceito muito amplo englobando tudo o que considerava «trabalho produtivo»: todos os que tinham uma actividade útil à sociedade, por oposição aos «ociosos». Ficou célebre, e valeu-lhe um processo, a sua «parábola» em que se interroga sobre o que seria da França se morressem de uma assentada os homens mais destacados «que possui nas ciências, nas Belas-Artes e nos ofícios produtivos» (que enumera exaustivamente, profissão a profissão, desde os engenheiros e chefes de indústria aos pedreiros e carpinteiros): «seria necessária pelo menos uma geração inteira para reparar esta catástrofe». Para depois lhe opor a suposta morte de toda a aristocracia, ministros, funcionários, marechais, cardeais, juizes, proprietários nobres, etc., o que por certo «afligiria os franceses, porque são homens bons», mas «não lhes causaria mais do que um dano sentimental, pois não resultaria daí qualquer mal político para o Estado».

No «Catecismo dos Industriais» e em vários jornais efémeros vai-se, pois, dedicar a desenvolver a ideia do «regime (ou sistema) industrial», chegando a imaginar a existência de três Câmaras: a de «Invenção», em que os inventores e artistas lançariam ideias para o «futuro da espécie humana»; a de «Exame», onde os cientistas as traduziriam em projectos; e enfim a de «Execução» em que os chefes de indústria as avaliariam, seleccionariam e poriam em execução. A «administração das coisas» viria tomar o lugar do «governo dos homens». Apela aos industriais para que «ocupem o primeiro lugar na sociedade», por serem a «classe mais importante de todas e a única auto-suficiente», pois da sua iniciativa e da sua fortuna dependem todas as outras. Mas, paladino da «harmonia universal», apela-lhes também a partilhar a riqueza com os seus operários, que carecem de trabalho e de pão, em nome do «sentimento de união» que naturalmente deve nascer entre todos os produtores.

Nos últimos anos, desiludido também com a «timidez» dos industriais, redescobre a mensagem evangélica, e escreve o «Novo cristianismo», por esse lado aproximando-se cada vez mais dos «menos des-



favorecidos». Quando morre, quase desconhecido, os seus discípulos mais chegados lançam-se na aventura do «saint-simonismo», que desembocará anos mais tarde numa estranha mistura de «seita» caricata com engenheiros e banqueiros «de sucesso», como diríamos hoje.

Nesta outra época «de transição» que atravessamos, que dizer deste pensamento, misto de lucidez premonitória e de delírio? Nada se passou como Saint-Simon previa, ou propunha. Os grandes industriais, que na verdade só chegariam muito mais tarde (em França, só na 2.^a metade do século), nunca, até hoje, quiseram assumir directamente o poder, e muito menos, é claro, os cientistas.

Sempre deixaram ao «governo dos homens» as tarefas da ordem, das leis favoráveis aos negócios, da protecção militar aos seus empreendimentos coloniais. Entre o capital e o trabalho, o conflito permaneceu insanável - e quantos milhões, neste momento (numa Europa com aspectos tão afins ao que Saint-Simon imaginou) não continuam a clamar por trabalho, e mesmo por pão em tantos casos. A sociedade nunca foi «cientificamente organizada», mas foi-o o trabalho nas fábricas e nas empresas. Os cientistas, pagos em boa parte pelos industriais (como já então sublinhava Saint-Simon), deram-lhes em troca os meios para aumentar a produtividade, lançar novos produtos (negócios) e reduzir os custos do trabalho - para além de continuarem a alimentar os governos com meios de destruição que há dois séculos não seria possível imaginar.

Não será exagero, no entanto, salientar que, de algum modo, a ciência e a indústria «comandam» hoje a humanidade - muito mais do que os governos, em todo o caso. Neste ponto, a «utopia» saint-simoniana, por caminhos ínvios, não está tão longe assim da realidade da «nova ordem mundial». Mas já a eliminação dos gastos com os exércitos (em que Saint-Simon via a fonte indispensável dos fundos necessários para «assegurar trabalho a todos»), está tão distante como no seu tempo.

Enfim subsiste a questão do «poder espiritual» que Saint-Simon atribuía aos artistas, escritores e criadores, numa intuição notável do

papel vital do conhecimento não-científico no desenvolvimento das sociedades (ele, que, como se viu, começou por um «cientismo» sem limites). Também aí a utopia não avançou um passo. Pelo contrário. O «poder espiritual» está cada vez mais nas mãos dos ideólogos do mercado, dos média, das mensagens publicitárias, e de tudo o que a veia pós-modernista fez entrar no domínio da «cultura».

Entre o sonho saint-simoniano da «harmonia universal» e a «cultura» da competição e da exclusão, ou os negócios do embrutecimento e do genocídio - o espaço é vasto para um pensamento a que muitos continuarão a chamar «utópico». O que será reconfortante.

Fevereiro 1995

Neste Caderno do Combate convergem textos sobre revoluções e revolucionários que marcam a nossa memória.

Dos socialistas utópicos aos pacifistas e à desobediência civil. De Trotsky e Bukharine a Gramsci e Che Guevara. Da revolução zapatista às revoltas de Paris e Praga. Do Maio de 68 às revoltas que abriram caminho ao 25 de Abril.

Textos escritos com vontade para um jornal de circulação demasiado restrita, que combateu a indiferença e o conformismo e teve tantas e tão saborosas vitórias.